

Povos Indígenas, Autonomia e Cidadania

Ao longo da história, o Estado brasileiro impôs políticas de tutela, assimilação e reconhecimento parcial, que limitaram a autonomia dos povos indígenas. No entanto, sua persistência cultural e resiliência estabeleceram caminhos de resistência e diálogo que, com a redemocratização e a Constituição de 1988, culminaram no reconhecimento da diversidade étnica do país, da plena cidadania indígena, e dos direitos originários.

Do Brasil Colônia ao Estatuto do Índio

1

Desde o **século 16**, povos indígenas resistiram à ocupação portuguesa, que tomou territórios, impôs trabalhos forçados e realizou expedições militares contra grupos que não aceitassem o avanço colonial.

5 milhões de indígenas habitavam o Brasil em **1500**, estimam historiadores. A violência foi tamanha que, nos anos **1950**, restavam apenas **70 mil**.

2

No **século 20**, o país manteve políticas baseadas na tutela estatal. O Código Civil de 1916 e o Estatuto do Índio de 1973 trataram os indígenas como "relativamente incapazes", sob proteção e supervisão do Estado e com autonomia limitada.

A luta contra a Ditadura Militar

3

A mobilização indígena ganhou força nos **anos 1970**, quando lideranças indígenas de vários povos passaram a se reunir clandestinamente e se articular com grupos e organizações sociais contrários à Ditadura Militar.

4

Esse movimento conseguiu denunciar para o mundo crimes contra os povos da floresta e a Amazônia, lutou pela Redemocratização e participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte (**1987-1988**).

Direitos específicos e autonomia na Constituição Cidadã

A mobilização indígena forçou a nação a reconhecer suas múltiplas matrizes e sua pluralidade étnica. A Constituição de 1988 (CF/88) estabeleceu a plena cidadania dos indígenas, garantindo-lhes os direitos e deveres de todo brasileiro, e direitos específicos.

Apesar disso, persistem desafios na implementação plena desses direitos, como a finalização do processo de demarcação e proteção territorial, o direito à consulta prévia dos povos indígenas em relação a decisões que possam lhes afetar e o acesso adequado a políticas públicas.

Terras Indígenas

Fonte: IBGE

Autonomia

Reconhece o direito dos povos indígenas de decidir sobre sua vida coletiva (suas formas de organização, produção, práticas culturais e gestão territorial) e de defender seus direitos perante o Estado, com apoio do Ministério Público.

Educação

Determina a criação de um sistema de educação escolar indígena, bilíngue e intercultural, e o ensino da história e culturas indígenas no sistema educacional nacional.

INDÍGENAS NO BRASIL

Segundo Censo 2022

1,69 milhão de indígenas

391 povos

295 línguas

Fonte: IBGE

Direitos Territoriais

Reconhece que os direitos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas são anteriores à formação do Brasil (direitos originários), e que o Estado tem a obrigação de demarcar e garantir-lhes o usufruto exclusivo dessas terras.

Saúde

Prevê um subsistema de saúde específico, coordenado pelo governo federal, com participação das comunidades indígenas.

Cidadania

Abraça a ideia de uma nação brasileira multicultural e etnicamente diversa, garantindo o respeito às formas de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas.

Cidadania e Autonomia Indígena

Vamos explorar a luta dos Povos Indígenas por autonomia a partir da leitura do infográfico, refletindo sobre como o Brasil evoluiu da tutela estatal para o reconhecimento dos Direitos Originários na Constituição de 1988 e os Direitos Indígenas.

→
Acesse a
Linha do Tempo
sobre Direitos
Indígenas



FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO



ETAPA 1: LEITURA, PESQUISA E ANÁLISE

1.1. Identifique e defina os seguintes conceitos, com base no infográfico e em pesquisas complementares:

- Tutela Estatal
- Direitos Originários
- Autonomia Indígena
- Marco Temporal
- Direitos Culturais e Sociais na Constituição de 1988



1.2. Responda em seu caderno:

- Qual a diferença fundamental na visão do "indígena" antes e depois da Constituição de 1988?
- Como a política de tutela ("relativamente incapazes") limitava a autonomia indígena?



- Quais direitos indígenas foram reforçados em 2002, quando o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho?

- Com base no infográfico e em pesquisas complementares, sintetizem as etapas do processo de demarcação de terras indígenas.

ETAPA 3: DEBATE

A Constituição de 1988 declara que os povos indígenas têm o direito ao usufruto permanente e exclusivo das Terras Indígenas, de sua superfície, rios e corpos d'água.

Ela também determina que os recursos minerais, hídricos e energéticos do subsolo são propriedade da União.

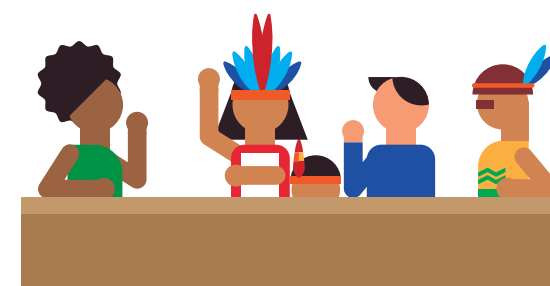
Mediados por seu (sua) professor(a), você e seus colegas devem debater:

- Se a mineração em Terras Indígenas for permitida, como poderia impactar os direitos constitucionais desses povos e a gestão dos recursos naturais pela União?



Explorando a linha do tempo, cada grupo deve responder:

- Quais eram as principais demandas indígenas na Assembleia Nacional Constituinte?



Povos Indígenas, Autonomia e Cidadania

Ao longo da história, o Estado brasileiro impôs políticas de tutela, assimilação e reconhecimento parcial, que limitaram a autonomia dos povos indígenas. No entanto, sua persistência cultural e resiliência estabeleceram caminhos de resistência e diálogo que, com a redemocratização e a Constituição de 1988, culminaram no reconhecimento da diversidade étnica do país, da plena cidadania indígena, e dos direitos originários.

Do Brasil Colônia ao Estatuto do Índio

1

Desde o **século 16**, povos indígenas resistiram à ocupação portuguesa, que tomou territórios, impôs trabalhos forçados e realizou expedições militares contra grupos que não aceitassem o avanço colonial.

5 milhões

de indígenas habitavam o Brasil em **1500**, estimam historiadores. A violência foi tamanha que, nos anos **1950**, restavam apenas

70 mil

2

No **século 20**, o país manteve políticas baseadas na tutela estatal. O Código Civil de 1916 e o Estatuto do Índio de 1937 trataram os indígenas como “relativamente incapazes”, sob proteção e supervisão do Estado e com autonomia limitada.

A luta contra a Ditadura Militar

3

A mobilização indígena ganhou força nos **anos 1970**, quando lideranças indígenas de vários povos passaram a se reunir clandestinamente e se articular com grupos e organizações sociais contrários à Ditadura Militar.

4

Esse movimento conseguiu denunciar para o mundo crimes contra os povos da floresta e a Amazônia, lutou pela Redemocratização e participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte (**1987-1988**).

Direitos específicos e autonomia na Constituição Cidadã

A mobilização indígena forçou a nação a reconhecer suas múltiplas matrizes e sua pluralidade étnica. A Constituição de 1988 (CF/88) estabeleceu a plena cidadania dos indígenas, garantindo-lhes os direitos e deveres de todo brasileiro, e direitos específicos.

Apesar disso, persistem desafios na implementação plena desses direitos, como a finalização do processo de demarcação e proteção territorial, o direito à consulta prévia dos povos indígenas em relação a decisões que possam lhes afetar e o acesso adequado a políticas públicas.

Terras Indígenas
Fonte: IBGE

INDÍGENAS NO BRASIL

Segundo Censo 2022

1,69 milhão de indígenas

391 povos

295 línguas

Fonte: IBGE

Autonomia

Reconhece o direito dos povos indígenas de decidir sobre sua vida coletiva (suas formas de organização, produção, práticas culturais e gestão territorial) e de defender seus direitos perante o Estado, com apoio do Ministério Público.

Educação

Determina a criação de um sistema de educação escolar indígena, bilíngue e intercultural, e o ensino da história e culturas indígenas no sistema educacional nacional.

Direitos Territoriais

Reconhece que os direitos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas são anteriores à formação do Brasil (direitos originários), e que o Estado tem a obrigação de demarcar e garantir-lhes o usufruto exclusivo dessas terras.

Saúde

Prevê um subsistema de saúde específico, coordenado pelo governo federal, com participação das comunidades indígenas.

Cidadania

Abraça a ideia de uma nação brasileira multicultural e etnicamente diversa, garantindo o respeito às formas de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas.

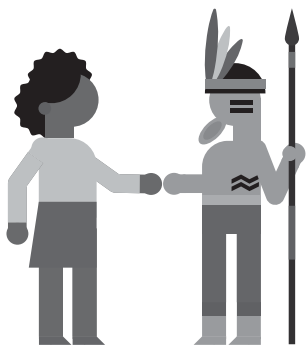
Cidadania e Autonomia Indígena

→
Acesse a
Linha do Tempo
sobre Direitos
Indígenas



F U N D A Ç Ã O
F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Vamos explorar a luta dos Povos Indígenas por autonomia a partir da leitura do infográfico, refletindo sobre como o Brasil evoluiu da tutela estatal para o reconhecimento dos Direitos Originários na Constituição de 1988 e os Direitos Indígenas.



ETAPA 1: LEITURA, PESQUISA E ANÁLISE

1.1. Identifique e defina os seguintes conceitos, com base no infográfico e em pesquisas complementares:

- Tutela Estatal
- Direitos Originários
- Autonomia Indígena
- Marco Temporal
- Direitos Culturais e Sociais na Constituição de 1988



• Quais direitos indígenas foram reforçados em 2002, quando o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho?

• Com base no infográfico e em pesquisas complementares, sintetizem as etapas do processo de demarcação de terras indígenas.



1.2. Responda em seu caderno:

- Qual a diferença fundamental na visão do "indígena" antes e depois da Constituição de 1988?
- Como a política de tutela ("relativamente incapazes") limitava a autonomia indígena?

ETAPA 3: DEBATE

A Constituição de 1988 declara que os povos indígenas têm o direito ao usufruto permanente e exclusivo das Terras Indígenas, de sua superfície, rios e corpos d'água.

Ela também determina que os recursos minerais, hídricos e energéticos do subsolo são propriedade da União.

Mediados por seu (sua) professor(a), você e seus colegas devem debater:

- Se a mineração em Terras Indígenas for permitida, como poderia impactar os direitos constitucionais desses povos e a gestão dos recursos naturais pela União?



ETAPA 2: PESQUISA

Formem grupos e acessem a Linha do Tempo sobre os direitos indígenas, no site da Fundação FHC.

Link: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/questao-indigena/>

Explorando a linha do tempo, cada grupo deve responder:

- Quais eram as principais demandas indígenas na Assembleia Nacional Constituinte?

